

Políticas Locais de Segurança Pública: o Desafio do Controle da Desordem

Leandro Piquet Carneiro

**Março, 2012
Working Paper 027**

Todos os direitos reservados.

É proibida a reprodução parcial ou integral do conteúdo deste documento por qualquer meio de distribuição, digital ou impresso, sem a expressa autorização do REAP ou de seu autor.

**POLÍTICAS LOCAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA:
O DESAFIO DO CONTROLE DA DESORDEM**

Leandro Piquet Carneiro

Leandro Piquet Carneiro
Instituto de Relações Internacionais
Universidade de São Paulo (USP)
Av. Professor Luciano Gualberto, nº 908
Edf. FEA-5
05508-010 - São Paulo, SP - Brasil

Políticas Locais de Segurança Pública: o desafio do controle da desordem¹

Leandro Piquet Carneiro

*Instituto de Relações Internacionais e
Núcleo de Pesquisa em Políticas Públicas
Universidade de São Paulo*

lpiquet@usp.br

¹ Parte desse artigo foi desenvolvido durante estágio no A.A. Taubman Center for Local and State Government da John Kennedy F. School of Government, Harvard University, entre julho de 2006 e agosto de 2007. O estudo empírico cujos dados utilizo foi financiado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, Brasil, e pela Prefeitura de Santos (2006). Uma versão preliminar foi apresentada no seminário *Confronting Crime in Latin América: Crafting a Policy Agenda*, realizado nos dias 2 e 3 de julho de 2007 na John Kennedy School of Government. Gostaria de agradecer os comentários e sugestões feitos por Edward Glaeser no seminário de julho de 2007. Os resultados da pesquisa foram apresentados também em um seminário do Núcleo de Pesquisa em Políticas Públicas da USP em novembro de 2007, o qual contou com comentários de Haroldo Matos do CEBRAP/Fundação SEADE e de Renato Perrenoud, Secretário Municipal de Segurança de Santos.

Créditos do Autor

Leandro Piquet Carneiro é Professor Doutor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo, onde atua também como pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Políticas Públicas. É economista graduado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1988) e Doutorado em Ciência Política pelo Instituto Universitário de pesquisas do Rio de Janeiro (1998). Foi pesquisador visitante do A. A. Taubman Center for Local and State Government da J.F. Kennedy School of Government, Harvard University (2007).

Resumo

O artigo discute, na primeira parte, o papel do município na segurança pública e analisa de forma crítica a agenda de políticas públicas defendida pelo Ministério da Justiça. Na segunda parte o artigo apresenta evidências empíricas de que o crime e a desordem estão correlacionados em áreas urbanas. Valendo-se de modelos teóricos e metodológicos recentes sobre a ecologia do crime foram desenvolvidos e testados novos instrumentos para medir a distribuição da desordem social e física no nível intraurbano. Levantamentos de dados realizados na cidade de Santos, São Paulo, permitiram identificar os setores censitários que apresentam sinais de decadência física e concentram atos de incivilidade e comportamentos anti-sociais. A hipótese testada estabelece que a desordem física e social são recursos importantes para o crime, uma vez que afetam a ecologia das áreas urbanas e produzem situações favoráveis a sua ocorrência. Os resultados empíricos confirmam a correlação esperada entre desordem e crime.

Palavras-Chave: Desordem social; Desordem urbana, Controle do crime; Políticas locais de segurança pública.

Desordem, crime e decadência urbana

A concentração de desordem física e social em determinadas áreas urbanas tem uma série de impactos negativos sobre a economia e a sociedade. A desordem física, como a presença de lixo nas ruas, prédios abandonados, pichações, carros abandonados, etc., e social, como a venda aberta de produtos ilegais, consumo de drogas, prostituição, ocupação ilegal de áreas públicas, etc., são temas relevantes para o governo municipal em função de seus impactos negativos sobre o mercado imobiliário, de seguros e na atratividade turística da cidade. A desordem afeta ainda os padrões de uso dos espaços públicos pela população e pode causar fluxos significativos de migração.

A desordem é um fato cotidiano em qualquer grande cidade do mundo e nas duas últimas décadas é possível dizer que no Brasil o tema começa, ainda que muito discretamente, a ser percebido como um tema da alçada do governo local. Nas décadas de 60 e 70 o clima político tornava impossível, mesmo nos países democráticos, imaginar que comportamentos antissociais, como a prostituição ou o consumo de drogas, poderiam ter qualquer consequência mais séria para a sociedade. Mas se o problema não é ainda uma prioridade dos governos locais no Brasil, em alguns países da Europa e nos EUA o tema cresceu em importância na agenda de políticas públicas. Se voltarmos ao que foi escrito na década de 60 e 70 sobre políticas de segurança e controle do crime, dificilmente encontraremos referências ao problema da desordem (Skogan, 1990). Mesmo nos EUA, que têm uma longa história de inovações em matéria de políticas de segurança, a visão dominante nos anos 60 e 70 era a de que a polícia (que é local nos EUA) não deveria se encarregar do pequeno delito e menos ainda de comportamentos antissociais, mas ao contrário, deveria priorizar as ações contra os “grandes crimes” (o tráfico de drogas e o crime organizado em geral). Para a administração municipal o problema da desordem tornara-se simplesmente invisível. Mas lentamente essas certezas foram corroídas. E foram necessárias quase duas décadas, desde o surgimento da onda de crimes do final dos anos 70 naquele país, para que criminólogos e cientistas sociais voltassem e se interessar pelo problema da desordem (Wilson e Kelling, 1982; Sampson e Groves, 1989; Skogan 1990; Kelling e Coles 1996, Gannon-Rowley, Morenoff e Sampson, 2002;

Sampson e Raudenbush, 2001 e 2004), ou para que começassem a surgir as primeiras políticas cujo foco era o controle desse problema (Sousa e Kelling, 2006). Ao longo da década de 90 do século passado a desordem deixou de ser vista como um fenômeno de menor gravidade e suas consequências para a sociedade começavam a ser cada vez mais entendidas e estudadas.

A forma como a desordem impacta a vida comunitária ocorre quase que silenciosamente (Reiss, 1986). Todas as cidades têm áreas que são mais valorizadas do que outras, áreas em que as pessoas preferem morar e pagam mais por isso, áreas que atraem novos negócios e lançamentos imobiliários. As causas dessas diferenças são, a primeira vista, fáceis de serem estabelecidas: a disponibilidade de uma infraestrutura urbana e o transporte público de qualidade e a proximidade do mercado de trabalho são alguns dos fatores mais importantes. Essas áreas urbanas não se caracterizam apenas pela presença de agentes capazes de manter a ordem, são detectáveis também uma série de mecanismos informais de controle social que têm impacto na coletividade, como a maior presença de ‘famílias completas’ (famílias em que ambos os cônjuges partilham a supervisão de crianças e adolescentes).

Há, certamente, objeções importantes que podem ser feitas a esse argumento. A principal delas é a visão estrutural de que o nível de segurança e a qualidade de vida nos bairros de uma cidade podem ser entendidos, principalmente, como um produto da concentração de investimentos e serviços públicos. Não é muito difícil apresentar evidências de que grupos sociais de alta renda e escolaridade são mais capazes de capturar e dirigir os investimentos públicos em seu próprio benefício. No entanto, o argumento que pretendo desenvolver é o seguinte: a assimetria na distribuição do poder social e político não são suficientes para explicar porque áreas igualmente ricas (ou igualmente pobres) apresentam muitas vezes níveis diferentes de qualidade de vida e de segurança. O argumento que irei desenvolver é que será necessário avaliar, além dos investimentos na infraestrutura e nos serviços públicos, o papel desempenhado por certos atributos comunitários (em combinação com as políticas de segurança) que facilitam o exercício do controle social (Kurbin e Weitzer, 2003).

É possível encontrar algumas evidências de que a erosão da capacidade de agir coletivamente é um dos principais fatores que afeta a segurança e a estabilidade social dos bairros (Skogan 1990; Wilson e Taub, 2006). No entanto, quando olhamos um mapa com a distribuição intraurbana da desordem em praticamente qualquer cidade do ocidente podemos ser levados à falsa impressão de que estamos diante de um sistema em equilíbrio. E assim, quando identificamos uma área que apresenta baixo nível de desordem somos tentados a inferir que esta mesma área apresentará, pelo menos no futuro próximo, o mesmo quadro de estabilidade social. Se correlacionarmos, em seguida, os níveis de desordem com a renda e a qualidade da infraestrutura urbana, provavelmente encontraremos uma reta com uma inclinação negativa - quanto maior a renda e a qualidade da infraestrutura, menor o nível de desordem. Este tipo de resultado pode ser interpretado como mais uma evidência de que, a menos que ocorram mudanças nesses atributos estruturais, devemos esperar certa estabilidade na distribuição intraurbana da desordem, a qual estaria condicionada à distribuição dos investimentos públicos e da riqueza (Torres et al. 2003).

Entretanto, quero sugerir que os processos que levam à degradação de certas áreas urbanas são processos em que dinâmicas comunitárias, combinadas à políticas urbanas e de segurança inadequadas têm grande importância (Kurbin e Weitzer, 2003).

Mecanismos e Políticas Públicas

Nas duas últimas décadas o estudo sobre as conexões entre desordem e crime tem sido alvo de uma intensa atividade acadêmica. Surgiram novos estudos teóricos e empíricos sobre a desordem social e física que têm destacado a contribuição desses fenômenos para a decadência urbana e o aumento do crime². Duas teorias principais concorrem para explicar os efeitos da desordem sobre o crime. A primeira tem uma origem mais experimental e recente e a segunda está profundamente ligada à tradição da ecologia humana da escola de Chicago (Shaw e Mckay, 1942).

Em meados dos anos 70 e início dos 80 começaram a surgir as primeiras experiências de policiamento (nova Jersey) (Wilson e Kelling, 1982) que foram inspiradas no estudo de Zimbardo (1969). Essa iniciativa ficou conhecida como a “teoria das janelas quebradas”, e revolucionou as políticas de segurança ao disseminar a ideia de que a presença de certos ‘indicadores’ de desordem como grafites, pichações, lixo e prédios abandonados, entre outros, contribuía para criar um senso de abandono na comunidade que estimulava a adoção de condutas antissociais nos espaços públicos. Moradores passavam a evitar esses locais e desenvolviam uma atitude de indiferença com relação ao que acontecia no entorno. Nas últimas duas décadas vários estudos aprofundaram a investigação sobre esse tipo de mecanismo e procuraram demonstrar que a desordem pode ser vista como uma causa fundamental do crime (Skogan 1990; Kelling e Coles 1996; Harcourt e Ludwig, 2006)³. Keizer, Lindenberg e Steg (2008) realizaram um experimento com o qual demonstram que um ambiente degradado, com sinais visíveis de vandalismo, lixo e pichações, pode alterar a forma como as pessoas se comportam, levando-as a violar normas e condutas sociais consideradas legítimas, o que contribuiu para a disseminação da desordem.

² Kelling e Coles, 1997; Skogan, 1992; Raudenbush e Sampson, 1999a; Sampson e Raudenbush, 1999; Gannon-Rowley, Morenoff, Sampson, 2002; Felson, 2006; Keizer, Lindenberg, Steg, 2008.

³ Para uma visão crítica da abordagem das janelas quebradas ver Taylor (2006) e Morenoff et al. (2001)

Essa teoria tem um aspecto inovador porque possibilitou fixar o foco das intervenções públicas na recuperação do espaço físico e no controle dos comportamentos antissociais nos espaços públicos. Em termos práticos a “teoria das janelas quebradas” prevê que grandes problemas, como o crime, podem ser resolvidos com medidas relativamente mais simples que alteram o ambiente urbano e seus padrões de uso cotidiano. Esse tipo de abordagem atingiu repercussão internacional após a experiência bem sucedida de Nova York na década de 90.

A suposição de que existe uma relação causal entre desordem e crime é, no entanto, fortemente questionada por vários criminólogos. Sampson e Raudembush (1999) entendem que a desordem e o crime são manifestações produzidas por um mesmo mecanismo causal. Alguns atos de desordem não têm natureza criminal, como a concentração de lixo e a presença de casas e terrenos abandonados, enquanto que outros são também infrações ou crimes, como o consumo de álcool e drogas em locais públicos ou a prática de prostituição. O argumento de Sampson e Raudembush, que publicaram os questionamentos mais importantes à “teoria das janelas quebradas”, não é contra o papel da desordem na explicação da dinâmica dos bairros e mesmo de cidades inteiras. O que esses autores sugerem é que o crime e a desordem têm uma origem comum, qual seja a corrosão da capacidade coletiva da comunidade de exercer o controle social em seus limites. Os autores definem essa capacidade de agir coletivamente como ‘eficácia coletiva’ (Sampson, Raudembush, e Earls, 1997). Essa seria a principal variável explicativa das diferenças entre o nível de segurança e ordem nos bairros. Comunidades socialmente desorganizadas são descritas nesses estudos como sistemas no âmbito dos quais o processo de socialização não funciona adequadamente: amizades estáveis e interações sociais são pouco frequentes, não há interesse pelos assuntos comunitários e não há relações de confiança entre os residentes (Sampson, 2004). Nessa perspectiva, o crime pode ser até menos relevante, como um fator que desencadeia a migração urbana, ou como variável explicativa do aumento da sensação de insegurança no público, do que a desordem. Isso ocorre, principalmente, porque o crime é um fenômeno relativamente raro, enquanto a desordem é um fato cotidiano na vida urbana.

Em um estudo mais recente, esses mesmos autores (Sampson e Raudembush, 2004) avaliaram as diferenças na percepção da desordem entre brancos, negros e latinos na

sociedade norte-americana. Os resultados demonstram que a raça é importante no contexto norte-americano para explicar como os residentes de um bairro percebem a desordem no ambiente. Outro fator associado à percepção da desordem, segundo os resultados dessa pesquisa, é a classe social. Esses achados indicam que reduzir o nível de desordem física pode simplesmente não melhorar o nível de desconforto psicológico que os residentes de um determinado bairro sentem diante de sinais de desordem, uma vez que esse desconforto, alegadamente, vem de fontes mais profundas, como a imagem que uma classe tem de outra classe, ou que um grupo étnico tem de outro.

Entender as diferenças teóricas entre essas duas abordagens é importante para a formulação de políticas públicas. Embora, tanto a perspectiva do policiamento de desordem (derivada da teoria das “janelas quebradas”) quanto à perspectiva da eficácia coletiva (Sampson e colaboradores; Morenoff, Sampson, Raudenbush, 2001), tenham em comum o foco no ambiente social e nas circunstâncias em que o crime e a desordem ocorrem, as ações políticas propostas são bem diferentes quanto aos mecanismos causais a que recorrem. Segundo a teoria da eficácia coletiva, o reconhecimento de que existem certos efeitos da comunidade sobre o crime exigiria uma intervenção sobre os aspectos efetivamente comunitários, como a presença das regras de *controle social* que permitem a manutenção da ordem e da segurança (Silver e Miller, 2004). Esse foco comunitário difuso torna difícil a tradução da abordagem da eficácia coletiva em programas de políticas públicas (Sousa e Kelling, 2006).

Em contrapartida, as intervenções de controle da desordem têm por objetivo alterar diretamente os *incentivos ao comportamento desviante por meio de intervenções no espaço físico e no controle de certas formas de uso do espaço público*. As políticas baseadas nessa perspectiva atuam, portanto, nas *circunstâncias em que os crimes ocorrem*, ou seja, produzem mecanismos que atuam sobre as características ecológicas associadas ao crime (Bursik, 1986, 1998; Felson, 2006). Se a teoria das janelas quebradas está certa, ao se atacar a desordem é possível produzir um efeito indireto importante sobre o crime. Vejamos o que mostra o estudo realizado em Santos no estado de São Paulo, desenhado com o fim específico de avaliar a correlação entre desordem e crime.

O Modelo Ecológico e a Explicação do Crime: Evidências Empíricas

O estudo cujos resultados passo a descrever tinha por objetivo mensurar a distribuição intraurbana da desordem social e física e analisar relação desse fenômeno com o crime. Os dados foram coletados entre 2005 e 2007 na cidade de Santos, no estado de São Paulo. Os resultados completos da pesquisa estão publicados em Carneiro (2009).

Desenho da pesquisa para o levantamento primário de dados sobre a desordem

O principal método utilizado para mensurar a desordem foi um *survey* com policiais e líderes comunitários o qual permitiu identificar as áreas afetadas por problemas de desordem social (1. Consumo de bebidas alcoólicas nas ruas; 2. Consumo de drogas ilícitas nas ruas; 3. Grupos de jovens com comportamento agressivo; 4. Pontos de concentração de pessoas sem ocupação; 5. Prostituição; 6. Pontos de venda de drogas; 7. Locais de alta incidência de ocorrências como brigas e desinteligências; 8. Problemas de poluição sonora; 9. Concentração de moradores de rua; 10. Concentração de moradores e crianças de rua; 11. Pontos de jogos de aposta; 12. Outros problemas) e física (1. Lixo e entulhos nas vias públicas; 2. Recipientes de bebida nas vias públicas; 3. Casas e prédios abandonados; 4. Carcaças de carros abandonados; 5. Seringas e outros utensílios utilizados para consumo de droga nas vias públicas; 6. Camisinhas jogadas nas calçadas; 7. Pichações e grafites; 8. Pichações e grafites de grupos criminosos, como PCC, TCC, etc.; 9. Ruas mal iluminadas; 10. Outros problemas).

A estratégia de pesquisa empírica adotada foi largamente inspirada pelo desenho do Project on Human Development in Chicago Neighborhoods (PHDCN)⁴. A primeira escala de 12 itens, como indicado, pretende medir a presença ou ausência de desordem social. Com relação ao estudo original de Sampson e Raudenbush (1999, p 618) foram acrescentados itens para medir a presença/ausência de “moradores de rua”, de “crianças de rua” e “poluição sonora”. A segunda escala de 10 itens mede a concentração de pontos de desordem física e mais uma vez foi mantida a correspondência com a escala original (Idem, p 617), sendo que foram excluídos os itens que medem a presença/ausência de pontas de cigarro nas calçadas e

⁴ Os relatórios, instrumentos de pesquisa e protocolos de aplicação estão disponíveis em <http://www.icpsr.umich.edu/PHDCN/> (pesquisa realizada em 1 de março de 2010).

de pichações políticas (utilizados na pesquisa realizada em Chicago), os quais foram substituídos por um item para medir a falta de iluminação pública.

A principal informação empírica sobre a desordem produzida no âmbito do PHDCN foi obtida por meio de filmagens (a observação social sistemática) de faces de quarteirões (Sampson e Raudembush, 1999). No entanto, essa metodologia não era plenamente acessível devido ao seu alto custo. A opção foi realizar um *survey* com líderes comunitários e agentes de segurança pública, uma vez que os dados e as informações produzidos pelo sistema de segurança pública, como os boletins de ocorrência da Polícia Civil, as chamadas ao atendimento de emergência (190), ou os boletins das guardas municipais, apresentam limitações importantes para a análise das características dos locais onde os crimes e os eventos de desordem ocorrem.

Neste sentido, foram desenvolvidos instrumentos específicos para a coleta de informações primárias sobre a distribuição intraurbana da desordem física e social no município estudado. Foi selecionada uma amostra intencional de 118 respondentes (114 casos válidos) com base na qual foram identificados 1.325 pontos específicos (cruzamentos, trechos de ruas e praças) no município com pelo menos um problema de desordem social ou física. A amostra foi desenhada com o objetivo de permitir a cobertura de toda a área urbana do município e foi estratificada segundo as áreas de atuação dos respondentes. A estratificação garantia, portanto, que os entrevistados não seriam instados pela pesquisa a fazer ilações sobre a ocorrência de episódios de desordem em áreas com as quais não estão familiarizados.

Metade da amostra era composta por profissionais e voluntários que atuam na área de segurança e ordem pública: policiais civis e militares, supervisores da guarda, fiscais de tráfego e membros dos Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEGS)⁵. A outra metade era composta por representantes de associações de moradores e líderes religiosos, também selecionados segundo critérios geográficos. A seleção dos líderes comunitários foi realizada

⁵ Na Polícia Militar foram entrevistados pelo menos dois oficiais de cada Cia. e na Polícia Civil foram entrevistados pelo menos dois Delegados ou Investigadores de cada Delegacia de Polícia. Na seleção dos demais respondentes (CET, CONSEGS) foram também observadas as divisões operacionais adotadas nas instituições das quais fazem parte com o objetivo de garantir a cobertura de toda a área urbana do município.

com base na listagem do conselho municipal de entidades de bairro, sendo que os líderes religiosos foram selecionados a partir de indicações feitas pelos próprios entrevistados. A composição final da amostra visava, dessa forma, garantir não apenas a representação geográfica, mas também a visão de diferentes segmentos sociais sobre os problemas de desordem tratados.

O questionário foi desenhado com o objetivo de permitir a identificação dos pontos de desordem física e social por meio de uma série de perguntas estruturadas, sendo que os entrevistados eram solicitados a identificar cinco áreas em que se concentravam problemas de desordem. Foram utilizados mapas com o propósito de auxiliar os entrevistados na identificação dos quarteirões, esquinas, trechos de ruas, praças, etc. que poderiam ser descritos como pontos sensíveis. A descrição desses pontos era anotada pelo entrevistador e em seguida esses eram identificados em um mapa anexo ao questionário. Para cada entrevista era confeccionado um mapa do(s) bairros(s) de atuação do respondente. Das 118 entrevistas realizadas, quatro não foram aproveitadas em função da falta de precisão na identificação dos pontos de ocorrência de desordem. No total da amostra, 37% dos pontos de desordem foram identificados por líderes comunitários e 63% por agentes da área de segurança pública. Cada ponto de desordem foi georeferenciado com o apoio do software Arc View e transformado em um conjunto de até 22 variáveis que indicavam a presença ou a ausência dos eventos de interesse (problemas de desordem social e de desordem física). O georeferenciamento das coordenadas XY dos eventos de desordem permitiu o cruzamento dessas informações com os dados do censo demográfico de 2000 e com as ocorrências policiais (registros de boletins de ocorrência da base do INFOCRIM), em um banco de dados único com os 605 setores censitários do município de Santos⁶, a qual serve de base para os modelos estatísticos discutidos nesse artigo.

⁶ Há informação completa para 595 setores censitários: dos 605 setores do município de Santos, sete não têm população (setores do porto e da área verde na divisa com São Vicente) ou estão fora da área insular da cidade (são áreas rurais) e para três setores não há informação completa no arquivo do Censo de 2000 do IBGE. São portanto

A unidade de observação e análise da pesquisa são os setores censitários⁷. Se por um lado há vantagens na utilização de informações desagregadas no nível do setor censitário (o uso de unidades espaciais menores e mais homogêneas minimizam os problemas de agregação das unidades de observação), há, no entanto, uma perda nessa escolha, decorrente do fato de que o setor censitário – na medida em que é uma unidade de análise muito pequena – não permite analisar a interdependência entre quarteirões no âmbito de um mesmo bairro. Nesse sentido, a solução analítica adotada não permite incorporar de forma plena as dinâmicas urbanas que estabelecem as relações funcionais entre atos criminais e outros processos - de natureza criminal ou não criminal – que ocorrem no âmbito do bairro e que foram extensamente descritos acima (o setor censitário é pequeno demais para permitir esse tipo de análise). No entanto, depois de pesar as perdas e ganhos em cada uma das alternativas, optou-se por trabalhar com o setor censitário como unidade de análise do estudo.

Os onze problemas de desordem social considerados no levantamento têm alta prevalência e uma dispersão espacial significativa. No total da amostra, 77% dos pontos de desordem social identificados são pontos de venda de drogas, que se encontram distribuídos em 263 setores censitários, o que corresponde a 43,5% dos setores do município. O consumo de drogas (42,8% dos setores), a concentração de pessoas sem ocupação (40,3%) e o consumo de álcool em locais públicos (39,8%) são problemas também de alta prevalência e dispersão nas áreas urbanas do município.

Validação dos resultados

O *survey* mede, em resumo, a percepção que agentes e lideranças têm do problema da desordem e não deve ser considerado como um instrumento capaz de oferecer uma medida completa desses fenômenos, e isso ocorre por várias razões que precisam ser consideradas. Em primeiro lugar, o *survey* não oferece uma medida direta da desordem no ambiente urbano, trata-se de uma medida de percepção que pode ser afetada por fatores como a área de atividade do respondente. Em segundo lugar, há o risco evidente de que esses indicadores,

⁷ Os setores censitários são as menores unidades territoriais para as quais o IBGE disponibiliza informações do Censo. Correspondem, nas zonas urbanas, a área de um quarteirão com aproximadamente 250 domicílios.

desenvolvidos com a finalidade de mensurar a desordem em um contexto social e urbano específico, não tenham a propriedade esperada de medir a ocorrência de desordem no contexto brasileiro. Seria um erro tomar como um sinal de desordem o que no contexto local não é subjetivamente considerado como tal por residentes, comerciantes e mesmo pelos agentes de segurança pública. Esse problema, caso ocorra, pode comprometer a validade das medidas de desordem utilizadas.

Foram adotadas, em resposta a esse problema, três estratégias de validação das informações produzidas pelo *survey*. Em primeiro lugar, procuramos aferir a validade interna do construto, correlacionando entre si os indicadores de desordem produzidos pelo *survey*. Em segundo lugar, as informações oriundas do *survey* foram correlacionadas com informações provenientes de fontes independentes de dados, como os dados do Censo Demográfico, os boletins da Guarda Municipal e da Polícia Civil (INFOCRIM). E finalmente, a validade das medidas de desordem foram validadas por comparação com os resultados de um estudo piloto no qual foram diretamente observados oito *hot spots* de desordem física e social (identificados no *survey*) com o emprego da técnica de Observação Social Sistemática (OSS).

No teste da validade interna do construto, supõe-se que indicadores (in) consistentes tendem a se comportar de maneira (in) consistente. Portanto, a primeira evidência de que temos uma escala válida de mensuração da desordem pode ser obtida simplesmente com a análise da correlação interna, no nível do setor censitário, entre os indicadores levantados no *survey*. Se a escala for inadequada ou a metodologia for falha devemos esperar uma correlação fraca ou inexistente entre os indicadores de desordem obtidos. A análise de correlação mostra que, com exceção da pichação de grupos criminosos, que apresenta correlação entre fraca e moderada com os demais indicadores, todas as correlações observadas entre os 22 indicadores são fortes. As duas dimensões mensuradas apresentam também alta confiabilidade quando avaliamos as suas propriedades psicométricas⁸.

⁸ O alfa de Cronbach para os itens da escala de desordem física com os dados agregados no nível do setor censitário é de 0,945 e para a escala de desordem social é de 0,982.

Esses testes, no entanto, devem ser lidos com cautela. A metodologia adotada no survey pode ter um efeito direto, não desprezível, nesse resultado. Os entrevistados eram solicitados a identificar cinco pontos problemáticos da cidade, e em cada um desses pontos os entrevistados eram instados a identificar os problemas de desordem de acordo com uma lista pré-definida. Nesse sentido, parte da correlação que observamos entre os indicadores pode ser atribuída ao desenho do questionário utilizado, o qual maximiza a probabilidade de se obter uma correlação entre os itens mensurados. A validação interna não é suficiente, portanto, para demonstrar que temos um indicador eficiente e não enviesado de desordem. No entanto, o resultado não deixa de ser importante na avaliação do instrumento: a correlação observada indica que há convergência na percepção dos entrevistados sobre quais são os pontos problemáticos da cidade e sobre quais os problemas que ocorrem nesses pontos.

A segunda estratégia para validar os resultados encontrados envolve a correlação dos indicadores de desordem obtidos no survey com variáveis provenientes de outras fontes, como o crime e a desorganização social (validação externa). Segundo o modelo teórico que estamos testando, é possível esperar que exista uma correlação entre a desordem, a desorganização social e o crime (Sampson e Raudenbush, 1999, p 622). Portanto, se a escala for conceitualmente inadequada ou a metodologia de minoração for falha, devemos esperar uma correlação fraca ou inexistente entre os indicadores que medem essas dimensões. A Tabela 1 mostra para os três indicadores de crime selecionados e os três indicadores de desorganização social construídos a partir dos dados do censo apresentam uma correlação positiva e significativa com as escalas de desordem social e física, como estabelecido no modelo teórico.

Tabela 1

Coefficientes de correlação entre as escalas de desordem social e física e indicadores de crime e desorganização social (n= 605 setores censitários)

| Covariata | Desordem | |
|-------------------------------------|----------|----------|
| | Social | Física |
| Homicídio ¹ | 0,1921* | 0,2002* |
| Brigas ¹ | 0,3174* | 0,2844* |
| Uso de entorpecentes ¹ | 0,3458* | 0,2320* |
| Desorganização social ² | 0,2246* | 0,2374* |
| Densidade habitacional ² | 0,4027* | 0,5022* |
| Proporção de pobres ² | 0,3734* | 0,4483* |
| Escolaridade média ² | -0,2768* | -0,3651* |

(1) Ocorrências policiais registradas na Polícia Civil - INFOCRIM - SSP- SP no ano de 2006

(2) IBGE - Censo Demográfico de 2000, dados por setor censitário.

Desorganização Social: Propor. de mulheres com menos de 11 anos de estudo escolaridade responsáveis por domicílios.

Densidade habitacional: Número de residentes por banheiro.

Pobreza: Proporção de famílias com renda mensal inferior a R\$ 350,00.

* p < 0,01

** p < 0,01

Todos os coeficientes de correlação da Tabela 1 são significativos (p<0,10) e estão na direção esperada: a correlação da medida de desordem física e social é positiva com as ocorrências policiais, com a pobreza e com os indicadores de desorganização social, e é negativa com a escolaridade.

O terceiro teste de validação das escalas de desordem também envolveu a utilização de dados externos. Como vimos a pesquisa de percepção com lideranças e agentes comunitários não oferece uma medida da desordem como um fenômeno social diretamente observado no seu ambiente ‘natural’. Mas até que ponto é possível atribuir aos entrevistados a capacidade de “ver” a desordem como um dado objetivo, presente no ambiente onde moram ou trabalham? Ou será que a percepção da desordem é o produto de estigmas e preconceitos que afetam áreas e grupos sociais? Com essas questões em mente (diretamente inspiradas por Sampson e Raudenbush, 2004, p 319) procuramos desenvolver um teste de validação das escalas de desordem com base na observação direta do fenômeno⁹. A observação foi realizada por uma equipe de pesquisadores de campo com o apoio de meios tecnológicos (filmes, gravações, fotos e questionários) das faces (oito) dos setores censitários (utilizamos uma amostra intencional de seis setores) que foram identificados como *hot spots* de desordem. O registro das informações seguiram regras explícitas que visavam garantir a sua reprodutibilidade (Carneiro, 2009). A aplicação da metodologia de observação social sistemática de oito faces de seis setores permitiu obter mais uma evidência, ainda que parcial e preliminar devido ao número pequeno de faces observadas, da validade da medida de desordem obtida pelo *survey* com os agentes de segurança e lideranças comunitárias.

Os testes de validação das medidas de desordem obtidas no *survey* mostram que há uma correlação dessas medidas com o nível observado de desordem e com os indicadores que medem características estruturais – construídos a partir de fontes independentes de dados (censo demográfico e registros policiais) – que teoricamente estão correlacionadas com a desordem. A estrutura multicausal da desordem exige, no entanto, a especificação de modelos estatísticos mais complexos que permitam estimar os efeitos das variáveis explicativas sobre a desordem, mantendo-se constante as demais características dos setores.

Foram construídos dois modelos de regressão com essa finalidade. A Tabela 2 traz os resultados das estimativas dos modelos que têm como variável resposta as escalas de

⁹ Seguimos nesse levantamento o protocolo metodológico desenvolvido no âmbito do PHDCN para a observação sistemática da desordem. A documentação completa da pesquisa pode ser encontrada em <http://www.icpsr.umich.edu/cocoon/PHDCN/STUDY/>.

desordem física e social e como variáveis explicativas a desorganização social, a pobreza, a densidade habitacional e a escolaridade média. As variáveis resposta nos modelos abaixo são uma contagem do número de vezes que problemas de desordem foram identificados em cada setor censitário (594 setores censitários).

Tabela 2

Modelos de Regressão de Poisson para Distribuições com Zeros-Inflacionados com as Escalas de Desordem Física e Social (setores censitários; estimativas robustas do erro padrão)

| | Escalas | | | |
|-------------------------------------|------------------------------|---------|------------------------------|---------|
| | Desordem Física ¹ | | Desordem Social ² | |
| | B | z | B | z |
| Desorganização social ³ | 0.06 | 6.82** | 0.06 | 6.84** |
| Pobreza ⁴ | 0.03 | 2.71** | 0.03 | 2.63** |
| Densidade habitacional ⁵ | -0.02 | -1.16 | 0.02 | 1.03 |
| Escolaridade média | 0.02 | 0.17 | -0.09 | -0.68 |
| Constante | -1.88 | -2.33** | -1.98 | -2.19** |
| N | 594 | | 594 | |
| Wald χ^2 | 300.67** | | 175.39** | |

Observações:

* p < 0,05

** p < 0,01

(1) Número de itens= 11; Alpha = 0,945

(2) Número de itens= 11; Alpha = 0,98

(3) Desorganização Social: Propor. de mulheres com menos de 11 anos de estudo escolaridade responsáveis por domicílios

(4) Pobreza: Proporção de famílias com renda mensal inferior a R\$ 350,00

(5) Densidade habitacional: Número de habitantes por banheiro.

Os parâmetros do modelo de regressão foram estimados com base no modelo de Poisson com o controle para distribuições com excesso de zeros (ZIP)¹⁰, uma vez que o as duas variáveis resposta têm 47,11% dos setores com valor zero nas duas escalas. A estatística

¹⁰ O modelo ZIP (zero-inflated poisson regression model) assume que existem dois grupos latentes (ou seja, não diretamente observados) na distribuição. Um dos grupos sempre apresentará o valor zero com probabilidade 1, enquanto um caso no grupo nem sempre zero pode apresentar um outcome 0 mas com uma probabilidade maior do que 0 de que este tenha uma contagem positiva (Long, p 274)

Wald χ^2 permite testar a hipótese nula de que os preditores considerados no modelo têm um efeito global significativo sobre a variável dependente, e os asteriscos indicam a probabilidade associada à hipótese nula de que os coeficientes do modelo sejam simultaneamente iguais a zero (* $p < 0,05$ e ** $p < 0,01$). Em ambos modelos foram utilizadas estimativas robustas do erro padrão, sendo que os setores censitários foram utilizados como *cluster*. A primeira coluna depois do nome da variável explicativa traz o valor estimado dos coeficientes β_j .

Os resultados apresentados na Tabela 3 mostram claramente a correlação entre a desordem e a desorganização social: em seis dos oito modelos construídos, o efeito da desorganização social sobre a desordem foi estimado como positivo e significativo, mesmo controlando-se pelo nível de pobreza, densidade habitacional e escolaridade. Este resultado está de acordo com os que foram relatados por Sampson e Raudembush (1999), e serve como mais uma validação da metodologia de mensuração da desordem empregada no estudo piloto de Santos.

A última questão a ser enfrentada nessa seção diz respeito à relação entre desordem e crime. Um pouco acima resumimos a polêmica entre Sampson e colaboradores com os defensores da tese das janelas quebradas. A tese das janelas quebradas afirma, *tout court*, que a desordem é uma das causas do crime. Em contraste, na perspectiva que adotamos aqui, a desordem é tratada analiticamente como uma manifestação diferente dos mesmos fatores que produzem o crime. A relação que existe entre desordem e crime deveria então ser mediada pela eficácia coletiva. O argumento contra a tese das janelas quebradas é que a conexão entre desordem e crime poderia ser simplesmente uma correlação espúria (uma vez que a eficácia coletiva não foi considerada na explicação). No momento, não temos como testar diretamente essas duas hipóteses, uma vez que no estudo piloto de Santos não estão disponíveis medidas de eficácia coletiva derivadas de *surveys* com a comunidade. Entretanto, podemos realizar um exercício com os dados disponíveis que pode ajudar no entendimento da relação entre desordem e crime.

Tabela 3

| Modelos de Regressão de Poisson com Ocorrências Policiais no Nível do Setor Censitário (estimativas robustas do erro padrão) | | | | | | | | | |
|--|--------------------------------|---------|-----------|---------|------------------|---------|---------------------|---------|--|
| | Crimes (Ocorrências Policiais) | | | | | | | | |
| | (I) | | (II) | | (III) | | (IV) | | |
| | Lesão Corporal | | Homicídio | | Roubo de Veículo | | Uso de Entorpecente | | |
| | B | z | B | z | B | z | B | z | |
| Modelo 1 | | | | | | | | | |
| Desordem social | 0,08 | 3,3 ** | 0,06 | 2,42 ** | 0,02 | 0,64 | 0,13 | 3,56 ** | |
| Desorganização social | 0,00 | -0,29 | 0,00 | 0,06 | -0,01 | -0,36 | -0,02 | -0,96 | |
| Pobreza | 0,02 | 1,32 | 0,08 | 4,45 * | 0,01 | 0,42 | -0,02 | -0,60 | |
| Densidade habitacional | 0,00 | 0,01 | -0,03 | -1,51 | 0,04 | 2,36 * | 0,02 | 0,87 | |
| Escolaridade média | -0,16 | -1,93 * | -0,10 | -0,67 | -0,35 | -2,25 * | -0,10 | -0,73 | |
| Constante | 3,09 | 4,71 ** | 2,81 | 2,08 * | 1,71 | 1,18 | 1,17 | 1,56 | |
| N | 594 | | 594 | | 594 | | 594 | | |
| Wald χ^2 | 41,9 ** | | 153,0 ** | | 13,4 * | | 42,1 ** | | |
| Modelo 2 | | | | | | | | | |
| Desordem física | 0,10 | 2,56 ** | 0,08 | 2,45 ** | 0,01 | 0,30 | 0,14 | 3,12 ** | |
| Desorganização social | 0,00 | 0,21 | 0,00 | 0,13 | -0,01 | -0,28 | 0,00 | -0,03 | |
| Pobreza | 0,01 | 0,98 | 0,08 | 4,27 ** | 0,01 | 0,46 | 0,01 | 0,42 | |
| Densidade habitacional | 0,00 | 0,27 | -0,02 | -1,14 | 0,04 | 2,65 ** | 0,03 | 2,86 ** | |
| Escolaridade média | -0,16 | -1,68 | -0,12 | -0,76 | -0,36 | -2,31 * | -0,16 | -1,43 | |
| Constante | 2,85 | 3,91 ** | 2,59 | 1,90 | 1,63 | 1,10 | 0,27 | 0,30 * | |
| N | 594 | | 594 | | 594 | | 594 | | |
| Wald χ^2 | 35,1 ** | | 24,5 ** | | 11,3 * | | 31,3 * | | |
| Observações: | | | | | | | | | |
| * p < 0,05 | | | | | | | | | |
| ** p < 0,01 | | | | | | | | | |

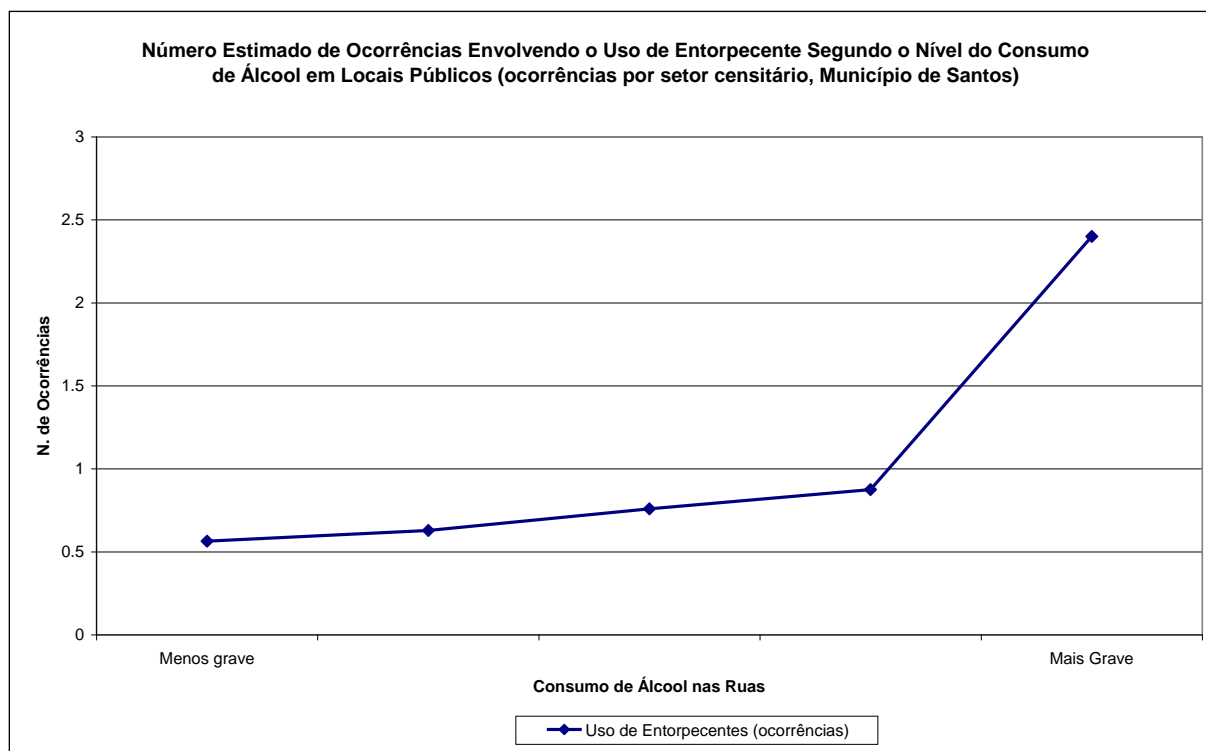
O exercício consiste em estimar os coeficientes de um modelo que tenha como variável dependente o crime e como variáveis independentes a desorganização social, a pobreza e os indicadores de desordem (Tabela 3), com isso, ao incluirmos indicadores de desordem na equação, temos a oportunidade de observar a correlação entre desorganização e crime na presença de indicadores de desordem e de pobreza. Esse tipo de modelo não permite avaliar se existe ou não uma relação de causalidade de Granger entre essas variáveis, mas permite entender o padrão de correlação entre esses fenômenos de forma multivariada, ou seja, observamos o efeito de uma variável enquanto mantemos constantes as demais variáveis incluídas na equação.

Os resultados indicam que a desordem física e a desordem social (devido a problemas de multicolinearidade foram estimados modelos separados para cada tipo de desordem) estão correlacionados à ocorrência de crimes como lesão corporal, homicídio e uso de entorpecente, mesmo mantendo-se o nível de pobreza e as outras características estruturais constantes. O único crime que não apresenta correlação com a desordem é o roubo de carro. A razão pode ser o *modus operandi* do criminoso que se dedica a essa atividade. As oportunidades para esse crime estão concentradas nas áreas de circulação mais intensa de veículos, principalmente em áreas centrais ou nos bairros de maior renda.

No caso dos homicídios, há a mesma correlação entre os indicadores de desordem observada no crimes de lesão corporal e uso de entorpecente, mas há também uma correlação dessa variável com a pobreza. O modelo permite prever que um aumento na pobreza tende a produzir uma incidência maior de casos de homicídio, controlando-se pelo efeito das demais variáveis.

O Gráfico 1 abaixo ilustra a relação entre o consumo de álcool em locais públicos e as ocorrências policiais com entorpecentes. Tanto a variável dependente do modelo estatístico (a ocorrência com o uso de entorpecentes) quanto as variáveis independentes (o consumo de álcool em locais públicos, o nível de desorganização social, o nível de pobreza, a densidade habitacional e a escolaridade média) foram medidas no nível do setor censitário e são provenientes de diferentes fontes (o survey sobre desordem com lideranças e agentes de segurança, o IBGE e a Polícia Civil de São Paulo/ SSP-SP). Os resultados apresentados no Gráfico 1 indicam que quando o consumo de álcool em locais públicos é baixo, o número esperado de ocorrências envolvendo o uso de entorpecentes não chega a uma ocorrência por setor em um ano. O número de ocorrências com entorpecentes cresce pouco até o quarto quintil do nível de desordem, mas passa de menos do que um a quase 2,5 quando passamos do quarto para o último quintil do nível de desordem. Isto significa que um local que se constitui como um *hot spot* de consumo de álcool (o último quintil do Gráfico 1), muito provavelmente apresentará ocorrências relacionadas ao uso de drogas ao longo do ano.

Gráfico 1



Há uma questão metodológica importante que pode ajudar na interpretação desses resultados: os indicadores de desordem, como reiterado, foram construídos com base na percepção dos agentes e líderes comunitário sobre os problemas de desordem que afetam áreas específicas da cidade. Os resultados dos modelos estatísticos mostram que esses indicadores permitem prever o nível de criminalidade de uma área. Ou seja, a conclusão interessante é que encontramos nesse teste uma evidência de que *a percepção da desordem permite estimar de forma eficiente a ocorrência de alguns crimes*. Isto não equivale a afirmar que a desordem é a causa do crime, mas que a observação e o estudo da desordem (um fenômeno mais ‘fácil’ de ser observado e controlado do que o crime) podem ser importantes para o desenho de intervenções voltadas para o controle do crime, simplesmente porque a desordem parece se concentrar nos mesmos lugares em que os crimes se concentram.

Esses resultados podem ser úteis sobretudo para o administrador local que está preocupado em fazer alguma diferença na prevenção do crime. Boa parte das políticas de controle da desordem está mais propriamente na alçada da prefeitura do que das polícias. É possível afirmar até que, em função da divisão de atribuições entre os níveis de governo, as polícias e o sistema de justiça criminal estão limitados nas ações contra a desordem. Fechar bares, suspender o alvará de hotéis que abrigam a prostituição e a exploração de menores, retirar produtos ilegais das ruas, fechar ferros-velhos, combater as pichações, todas essas ações, só podem ser adequadamente executadas com um forte envolvimento da prefeitura.

Considerações finais

Ao se explorar a relação entre a desordem e o crime é possível abrir novos caminhos para a participação da administração pública local na gestão das políticas de segurança pública. A investigação sobre os mecanismos que relacionam desordem e crime torna possível articular uma resposta à criminalidade que vai além do recurso ao sistema de justiça criminal e, em particular, que vai além da adoção de Leis penais. Há ainda outro argumento a favor de se definir a desordem como um alvo privilegiado para as intervenções na área de segurança. A desordem é importante não apenas por seu papel no processo que conduz à redução do crime, mas porque afeta outra dimensão muito importante da vida comunitária: o medo do crime e a sensação de insegurança dos residentes (Garofalo, 1981). Esse é um tema bastante explorado na criminologia e as evidências acumuladas indicam que a desordem e o medo do crime estão fortemente ligados. Por fim, a desordem é um problema em si mesmo, que tem efeitos diretos e negativos sobre a comunidade; como a diminuição da confiança interpessoal e da capacidade de cooperação e o enfraquecimento dos mecanismos informais de controle social.

As políticas locais de controle da desordem que foram defendidas nesse artigo complementam as ações do sistema de justiça criminal em dois sentidos principais. Em primeiro lugar, o controle da desordem tem necessariamente um componente comunitário forte. O sucesso de intervenções contra a desordem depende em larga medida do apoio que essas ações terão por parte da comunidade, e será preciso contar ainda com a presença de uma

liderança capaz de demonstrar que os problemas de uma comunidade não começam com a presença de uns poucos indivíduos ‘desordeiros’, mas com a concentração de um grande número de desordeiros em lugares específicos (Silva e Kelling, 2006). Se a opinião pública não está convencida de que certas condutas em áreas públicas, como a oferta de serviços de prostituição, ou o consumo de bebidas alcoólicas, podem ter efeitos negativos sobre a comunidade, dificilmente será possível fazer alguma coisa de significativo na área de segurança. É preciso considerar ainda que as políticas contra a desordem são objeto de um intenso debate na criminologia sobre a sua eficácia e sobre os riscos que podem representar para grupos específicos da população que podem se tornar alvo de estigmatização e preconceito (Taylor, 2006). Será preciso ter muita paciência e estratégias de ação e comunicação bem desenhadas com o objetivo de apresentar o maior número possível de evidências sobre os efeitos negativos que a desordem tem sobre a comunidade.

Em segundo lugar, se o município direciona as suas políticas na área de segurança para o controle da desordem e planeja suas ações com base em modelos que levam em conta os aspectos espaciais específicos que afetam a ecologia do crime, é possível evitar, como fundamento da política pública, as relações de causalidade difusa que relacionam a desordem e o crime a macro-processos sociais como a desigualdade, a pobreza, a falta de oportunidades de lazer, etc. Crimes ocorrem em espaços específicos e dependem de recursos sociais também específicos. Neste sentido, as características sociais e físicas dos locais onde os crimes ocorrem devem ser levadas em conta na definição das estratégias de qualquer ação que tenha como objetivo a manutenção da ordem. As guardas municipais, se preparadas e direcionadas para o controle da desordem, poderão desempenhar em breve um papel importante na oferta de policiamento. Afinal de contas, o que há de mais essencial no trabalho de polícia do que a manutenção da ordem e o reforço dos mecanismos informais de controle na sociedade?

Bibliografia

- BARLOW, H. D. (1995), "Introduction: Public Policy and the Explanation of Crime", in Hugh D. Barlow (editor) *Crime and Public Policy: Putting Theory to Work*, Boulder, Westview Press.
- BURSIK, R. (1998), "Social Disorganization and Theories of Crime and Delinquency: Problems and Prospects" in: Stuart Henry e Werner Einstadter (editors), *The Criminology Theory Reader*, New York, New York University Press.
- _____. (1986), "Ecological Stability and the Dynamics of Delinquency", in Albert Reiss e Michael Tonry (editors), *Communities and Crime*, Chicago e Londres, The University of Chicago Press
- CARNEIRO, L. P. (2009). Segurança Pública e Dinâmicas Intra-Urbanas: Diagnóstico e Desenho de Políticas no Município De Santos. Série Documentos de Trabalho, Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas, Universidade de São Paulo.
- CARNEIRO, L. P. e FAJNZYLBER, P. (2000). "La criminalidad en Regiones Metropolitanas de Rio de Janeiro y São Paulo: Factores Determinantes de la Victimización y Políticas Públicas", in Pablo Fajnzylber, Daniel Lederman e Norman Loyaza (org.), *Crimen y Violência em América Latina*, México D.F., Alfa-ômega / Banco Mundial.
- FELSON, M. (2006), *Crime and Nature*. Thousand Oaks. Sage Publications.
- _____. e R. CLARKE. (1995), "Routine Precautions, Criminology and Crime Prevention", in Hugh D. Barlow. *Crime and Public Policy: Putting Theory to Work*, Colorado, Westview Press.
- _____. (1994), *Crime and Everyday Life*. Thousand Oaks, Pine Forge.
- GANNON-ROWLEY, T., J. D. MORENOFF, e J. R. SAMPSON. (2002), "Assessing 'Neighborhood Effects': Social Processes and New Directions in Research." *Annual Review of Sociology*.
- GAROFALO, J. (1981), "The Fear of Crime: Causes and Consequences". *Journal of Criminal Law and Criminology*, Vol. 72, No. 2, pp. 839-857.
- HARCOURT, B. E. e LUDWIG, J. (2006) Broken Windows: New Evidence from New York City and a Five-City Social Experiment, *The University of Chicago Law Review*, v. 73, n. 1, p 271-320, winter.
- KEIZER, K.; LINDENBERG, S.; STEG, L. The Spreading of Disorder. *Science*, v. 322, n. 5908, pp. 1681 – 1685, Dez. 2008.
- KELLING, G. L. e COLE, C. (1996), *Fixing Broking Windows: restoring order and reducing crime in our communities*. New York, Free Press.
- _____, e WILSON, J. Q. (1982), "Broken Windows: The police and neighborhood safety". *The Atlantic Monthly*, March.
- KUBRIN, C. e R. WEITZER. (2003), "New Directions in Social Disorganization Theory". *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 40, 4: 374-402.

- MORENOFF, J. D.; SAMPSON, R. J.; RAUDENBUSH, S. W. (2001), "Neighborhood inequality, collective efficacy, and the spatial dynamics of urban violence". *Criminology*, 39, 3: 517 - 559.
- RAUDENBUSH, S. W. (2003). "The quantitative assessment of neighborhood social environments." In Kawachi, Ichiro; Berkman, L., *Neighborhoods and Health*. New York, NY: Oxford University Press,(2003).
- _____. W.; SAMPSON, R. J. (1999a), "Ecometrics: Toward a science of assessing ecological settings, with application to the systematic social observation of neighborhoods". *Sociological Methodology*, 29, 1 - 41.
- _____ e _____, (1999b), "Assessing direct and indirect effects in multilevel designs with latent variables". *Sociological Methods and Research*. 28, 2: 123 - 153.
- REISS, A. J. (1986). "Why are communities important in Understanding Crime?" in Albert Reiss e Michael Tonry (editores), *Communities and Crime*, Chicago e Londres, The University of Chicago Pres.
- SAMPSON, R. J. e MORENOFF, J. D. (2004), "Spatial (dis)advantage and homicide in Chicago neighborhoods" in Michael Goodchild e Donald Janelle, *Spatially Integrated Social Science*. New York, Oxford University Press.
- _____. e RAUDENBUSH, Stephen W. (2004), "Seeing disorder: Neighborhood stigma and the social construction of "broken windows"". *Social Psychology Quarterly*. 67, 4, 3, 19 - 342.
- _____ e _____ (2001), "Disorder in Urban Neighborhoods: Does it Lead to Crime?", US Department of Justice. Disponível em: www.ojp.usdoj.gov
- _____. (2004), "Networks and Neighborhoods." Disponível em: [http://www.wjh.harvard.edu/soc/faculty/sampson/\(2004\).5_NLogic.pdf](http://www.wjh.harvard.edu/soc/faculty/sampson/(2004).5_NLogic.pdf).
- _____. e S. RAUDENBUSH. (1999), "Systematic Social Observation of Public Spaces: A New Look at Disorder in Urban Neighborhoods". *The American Journal of Sociology*, Vol. 105, 3: 603-651.
- _____.; RAUDENBUSH, S. e EARLS, F. (1997), "Neighborhoods and Violent Crime: A Multilevel Study of Collective Efficacy". *Science*, 277: 918-924.
- _____. e GROVES. W. B. (1989), "Community Structure and Crime: Testing Social-Disorganization Theory". *The American Journal of Sociology*, Vol. 94, 4:774-802.
- SHAW, C. e McKAY, H. (1942), *Juvenile Delinquency in Urban Areas*. Chicago, University of Chicago Press.
- SILVER, Eric; MILLER, L. L. (2004), "Sources of informal social control in Chicago neighborhoods." *Criminology*. 42, 3: 551 - 583.
- SKOGAN, L. (1990), *Disorder and Decline: Crime and the Spiral of Decay in American Neighborhoods*. Berkley, University of California Press.
- SOUSA, W. H. e KELLING, G. L. (2006), "Of "broken windows", criminology, and criminal justice"

- in D. Weisburd e A. Braga: *Police Innovation: contrasting perspectives*. Cambridge, Cambridge University Press.
- TAYLOR, R. (2006), “Incivilities reducing policing, zero tolerance, and the retreat from coproduction: weak foundations and strong pressures”. in D. Weisburd e A. Braga: *Police Innovation: contrasting perspectives*. Cambridge, Cambridge University Press.
- TORRES, H. da G.; MARQUES, E.; FERREIRA, M P. and BITAR, S. (2003) Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo. *Estudos Avançados*, vol.17, n.47, pp. 97-128.
- WILSON, W. J. e TAUB, R. P. (2006), *There Goes the Goes the Neighborhood: racial, ethnic, and class tensions in four Chicago Neighborhoods and their meaning for America*. New York, Alfred A. Knopf.
- ZIMBARDO, P. G. (1969). The human choice: Individuation, reason, and order vs. deindividuation, impulse and chaos. In W. J. Arnold e D. Levine (Eds.), *Nebraska Symposium on Motivation* (Vol. 17, pp. 237-307). Lincoln, NE: University of Nebraska Press.